

INFORMAÇÃO

O QUE FOMOS, O QUE SOMOS E O QUANTO VALEMOS

1. O Real Gabinete Português de Leitura

“Ao Português não faltam, é bem de ver, grandes e nobres motivos para um orgulhoso conceito de Pátria. Mas embora seja também um ser político muito evoluído, carece daquela segura e permanente progressão histórica da experiência e sentido comunitário da coisa pública. Talvez por isso e porque a Natureza foi com ele em extremo dádiva dos seus bens, o patriotismo dos Portugueses concentra-se, com freqüência, na fidelidade às formas de cultura etnográfica e, mais que tudo, à terra, em todos os seus aspectos geográfico-humanos. Ou, quando menos, é assim com os Portugueses do Brasil.

Ubi bene, ubi patria – onde se está bem aí é a Pátria. Porventura, nenhum dentre os Europeus nacionalizados oponha, como o Português, tão clamoroso desmentido a esse prolóquio vão de sibiraitas.

Vivo há anos no Brasil entre portugueses, que aqui se domiciliaram para sempre, e muitos deles há várias dezenas de anos. Alguns, e não são poucos, constituíram família. Estão integrados no meio social e nos estilos de vida brasileiros. E, não obstante todos os seus interesses locais e de família, e um sincero amor pelo Brasil, punge-os constantemente a saudade da Pátria.” (+)

Foi este amor à Pátria – tão bem compreendido e sentido pelo maior historiador português da primeira metade deste século – que uniu quarenta e três portugueses, num idealismo cujas pretensões culturais ultrapassavam as simples formas de cultura etnográfica, para fundar, em 14 de maio de 1837, a Sociedade Gabinete Português de Leitura, que é hoje o maior monumento ao espírito empreendedor dos portugueses além-fronteiras e a mais antiga associação portuguesa do Rio de Janeiro.

Em sessão presidida por João Batista Moreira, encarregado dos negócios de Portugal, reuniram-se na residência de Antônio José Coelho Louzada, no número 8 da rua Direita (1ª de Março), lavrando a ata de fundação, que foi assinada pelo presidente José Marcelino da Rocha Cabral e por Francisco Eduardo Alves Vianna e Henrique do Carmo Edols, secretários.

O Gabinete foi instalado, sucessivamente, nas ruas de São Pedro 83, da Quitanda 55, e dos Beneditinos 12, até que, no dia 10 de junho de 1880, quando a comunidade festejava o tricentenário de Camões, D. Pedro II lançou a pedra fundamental – talhada em Portugal, como as demais – do edifício-sede da rua Luis de Camões (nº 30); no local onde, em prédio então exis-

(+) CORTESÃO, Jaime Zuzarte, PORTUGAL – A Terra e o Homem. Apresentação de Urbano Tavares Rodrigues e ilustrações de Manuel Lapa. Lisboa, Realizações Artis, Ltda., 1966, p. 4

tente, nascera (1836) Quintino Bocaiúva, que viria a ser o “Patriarca da República”. Construído segundo o traçado de Rafael da Silva e Castro, em estilo gótico-manuelino, é como que uma evocação do majestoso Mosteiro dos Jerônimos, símbolo maior de uma época gloriosa. Já em 10 de setembro de 1887, ano do seu cinquentenário, esta “catedral da cultura” — diante da qual, ainda hoje, o transeunte desavisado contritamente faz o sinal da cruz — recebe a princesa Isabel para uma sessão solene, na qual falaram Joaquim da Costa Ramalho Ortigão (1842-1889), presidente do Gabinete e seu irmão José Duarte, o célebre panfletário co-autor (com Eça de Queirós) das “Farpas”. Em 22 de dezembro do ano seguinte, o edifício era inaugurado oficialmente, em solenidade presidida pelo Imperador e na qual Joaquim Nabuco discorreu sobre os grandes traços dessa criação — afirmação da pátria, reivindicação da língua portuguesa e a aliança intelectual luso-brasileira: “Este monumento é um símbolo de fraternidade. Não se fazem doações destas a uma nação com a qual não se está vinculado irmãmente!”

Antes que o ritmo alucinante do progresso no pós-guerra mudasse os hábitos e as concepções de vida, distanciando cada vez mais as pessoas e transferindo do Centro para outros locais da Cidade os pontos-chave de encontro dos intelectuais, o Real Gabinete foi um dos centros obrigatórios dessas reuniões. Nele, a Academia Brasileira de Letras, durante a presidência de Machado de Assis (frequentador assíduo da sua Biblioteca), realizou algumas das suas primeiras sessões solenes (cinco, entre 1900-1904) e dele surgiram inúmeras outras instituições culturais e beneficentes que ainda hoje subsistem, entre as quais a atual Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras (1931).

Luminares da cultura luso-brasileira (Mendes Correia, Júlio Dantas, Damião Peres, Hernani Cidade, Afonso Arinos, Olavo Bilac, Medeiros e Albuquerque, San Thiago Dantas) e presidentes das duas Repúblicas (Antônio José de Almeida, Craveiro Lopes, Américo Tomás, Getúlio Vargas, Jucelino Kubitschek, Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici) ocuparam a sua tribuna e presidiram sessões; homens extraordinários, como Gago Coutinho e Jaime Cortesão, durante longos anos enriqueceram o seu saber participando do dia a dia da Biblioteca. Serafim da Silva Neto, Agripino e Donatello Grieco, os irmãos Condé, Álvaro Lins, Aurélio Buarque de Holanda, Cecília Meireles, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre formam parte de uma legião de intelectuais brasileiros que por aqui passaram.

Foi com base numa fecunda geração de intelectuais — que incluía Carlos Malheiro Dias e Duarte Leite, este embaixador de Portugal no Brasil de 1914 a 1931 —, que o comendador Albino de Souza Cruz, um dos mais ilustres presidentes desta Casa (1919-1957), conseguiu publicar os três volumes da “História da Colonização Portuguesa do Brasil” (Porto, 1921-24), em edição do Real Gabinete comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, e que, por si só, justificava toda uma longa gestão administrativa. Mas, em 1954, assinalando a participação dos portugueses nas comemorações do IV Centenário de São Paulo, empreendeu-se novo esforço editorial: a “Pauliceae Lusitana Monumenta Histórica”, prefaciada e organizada por Jaime Cortesão (3 vols., Lisboa, 1956-61).

1972 é um ano a recordar. Comemorando o IV Centenário da publicação de “Os Lusíadas”, o Real Gabinete mobilizou todos os seus departamen-

tos em grandiosas promoções: uma exposição Camoniana com quase mil peças, edição de um “Catálogo” bibliográfico e de alguns opúsculos, distribuição de cartazes e postais camonianos e realização de uma memorável sessão solene, presidida pelos Chefes-de-Estado do Brasil e de Portugal.

Por decreto de 12 de setembro de 1906, El-Rei D. Carlos concedeu ao Gabinete Português de Leitura o título de **Real**. Outras distinções se seguiram: Comendador da Ordem de Benemerência da República Portuguesa; Grã-Cruz da Ordem de Instrução Pública da República Portuguesa; Instituição de Utilidade Pública Estadual (Lei nº 408, de 24/XI/1949) e Federal (Lei 5605, 9/IX/1970) da República Federativa do Brasil; Entidade de Fins Filantrópicos (Decreto 1117, 1/VI/1972), sendo o seu edifício tombado pela Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do então Estado da Guanabara (5/X/1970).

Hoje, o Real Gabinete procura responder aos desafios da época, reestruturando-se, modernizando o seu mecanismo operacional e dinamizando as suas atividades culturais. Na gestão administrativa de 1972-74, deu início a uma bem sucedida Campanha Financeira, obtendo a tão cobiçada segurança material, que garantiu o patrimônio já existente, ampliou-o e assegurou plena autonomia econômica e cultural, além de trazer ao seu convívio centenas de novos associados.

Fundado, mantido e dirigido pelos portugueses do Brasil, o Real Gabinete Português de Leitura é uma sociedade civil de objetivos culturais, cujo quadro social é constituído por portugueses de ambos os sexos, distinguidos em cinco categorias: Contribuintes, Remidos, Benfeitores, Grandes Benfeitores, Beneméritos e Grandes Beneméritos. Sem distinção de sexo, cor e credos políticos e religiosos, pessoas idôneas, de qualquer nacionalidade, poderão ligar-se à Instituição, como Cooperadores ou Honorários.

De acordo com os “Estatutos” aprovados em 1974, tem as funções de promover a instrução, preservar a cultura portuguesa no Brasil e contribuir para o desenvolvimento da cultura luso-brasileira, mediante a manutenção de uma biblioteca; a aquisição de obras e manuscritos nacionais e estrangeiros; a reimpressão de incunábulos ou cimélios de língua portuguesa e da impressão de manuscritos de reconhecido valor; a promoção de cursos, congressos, simpósios, audições; o fomento do intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil (bolsas de estudo, concursos), destinando-se os seus rendimentos apenas à sua manutenção e ao desenvolvimento destes objetivos.

É constituído por quatro Poderes: a Assembléia Geral (todos os sócios, no gozo dos seus direitos), o Conselho Deliberativo (membros natos e 100 membros eletivos), a Comissão de Contas e uma Diretoria, cujo Presidente e dois Vice-Presidentes são bienalmente eleitos pelo Conselho Deliberativo, cabendo ao Presidente indicar, para posterior aprovação, os seis outros Vice-Presidentes departamentais (Centro de Estudos, Biblioteca, Secretaria, Finanças, Patrimônio, Procuradoria) para as tarefas de execução administrativa.

2. A Biblioteca

A Biblioteca, departamento central da Instituição e sua própria razão de

ser, é, qualitativa e quantitativamente, a segunda maior biblioteca pública do Rio de Janeiro (apenas suplantada pela Biblioteca Nacional) e uma das cinco maiores do País. Por outro lado, em âmbito mundial, nenhuma outra instituição similar, fundada e mantida por emigrantes, consegue suplantá-la.

Trata-se de uma Biblioteca *sui generis* pois, além de ser uma biblioteca-museu, guarda toda uma tradição e um espírito que a individualiza, razão pela qual todas as inovações técnicas da Biblioteconomia são submetidas a um devido exame, a fim de que não ponham em risco a própria identidade da Instituição.

Encontrando-se ainda em andamento os trabalhos de reavaliação do seu acervo, é difícil estabelecer com precisão o número de obras, que devem totalizar 200 ou 250 mil volumes. Embora especializada em assuntos portugueses, nomeadamente das áreas de Literatura, Filologia, Filosofia, Direito e Ciências Sociais, cobre todos os ramos do saber, possuindo publicações artísticas em todos os idiomas, além de um grande número de livros brasileiros, clássicos e atuais, produto de doações ou de aquisições proporcionadas por verbas especiais, periodicamente destinadas para este fim. Entre as principais doações merecem especial destaque as bibliotecas Manuel de Melo (5.628 vols.), Paulo Barreto (o João do Rio, 4.032 vols) e Malheiro Dias, com obras de linguística, literatura, história, antropologia, etc. Pelo decreto 25.134, de 15-III-1935, a Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes tornou obrigatória a remessa para o Real Gabinete de um exemplar de cada publicação (livro, boletim ou revista) editada em Portugal e nos territórios ultramarinos.

As "Oeuvres complètes de Voltaire", em 95 vols., foram as primeiras obras catalogadas. A publicação mais antiga é "Ordenações de D. Manuel" (Évora - Lisboa, 1521), seguindo-se outras preciosidades como "Capítulos de Côrtes e Leis" (Lisboa, 1539), "La relation que dio . . . de lo acaescido en las Índias", de Alvaro Nuñez Cabeza de Vaca (Zamora, 1542), as "Décadas" de João de Barros e sobretudo, a primeira edição de "Os Lusíadas" (Lisboa, 1572). Entre os manuscritos, merecem ser destacados "Amor de Perdição", de Camilo Castelo Branco, e o "Dicionário de Língua Tupy", do indianista Antônio Gonçalves Dias. Coube a Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, bibliotecário-mor honorário do Real Gabinete, organizar a impressão dos dois primeiros volumes do "Catálogo Bibliográfico" (Rio de Janeiro, 1906), segundo o sistema decimal de Melvil Dewey.

Atualmente, o público leitor é constituído sobretudo por estudantes e professores brasileiros, de todos os níveis. Entre abril de 1975 e março de 1976, a Biblioteca registrou um total de 18.251 consultas.

3. O Centro de Estudos

Fruto do idealismo e da abnegação de homens como Antônio Saldanha de Vasconcelos e Antônio Pedro Martins Rodrigues (Presidentes do RGPL em 1968-70 e 1970-72, respectivamente); como Antônio Gomes da Costa e Leonardo Jorge Pessoa Lopes (diretores do Centro de Estudos entre 1969-72), como o deputado Francisco da Gama Lima Filho (Secret. - Geral do CE des-



(Quadro do Pintor Steckel.)

de a fundação), o Centro de Estudos é o departamento de dinamização cultural do Real Gabinete Português de Leitura. Foi instalado em 16 de Julho de 1969, em sessão solene realizada no salão nobre do Palácio Itamaraty, com a aula inaugural do curso do prof. Robert Chester Smith, da University of Pennsylvania, sobre “Aspectos da Arte Portuguesa no Século XVIII”.

O grande interesse demonstrado por estudantes, professores, intelectuais em geral, autoridades governamentais e entidades culturais brasileiras, nomeadamente o superior Conselho Federal de Cultura (MEC), logo possibilitou o amplo desenvolvimento das suas atividades, sustentadas pelo inestimável apoio dispensado pela Embaixada de Portugal, pela Fundação Calouste Gulbenkian, pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional e pelo Instituto de Alta Cultura.

Até agosto de 1976, foram realizados setenta e dois cursos e seminários, sendo quatro fora do Rio de Janeiro (Belo Horizonte, 2 – Recife e Vitória). Mais de duzentos conferencistas e debatedores ministraram cursos e seminários para cerca de 18 mil estudantes, que obtiveram certificado de frequência ou aproveitamento.

Outras promoções foram realizadas: 8 conferências isoladas; 7 exposições de pintura e artesanato, de bibliografia e documentação; projeção de filmes; 2 lançamentos de disco e livros (um dos quais do poeta brasileiro Vinícius de Moraes).

Criado com a finalidade de promover o estudo, investigação e divulgação da civilização luso-brasileira, em todas as suas manifestações, o Centro de Estudos, em sete anos de existência, já conseguiu justificar plenamente o esforço dos seus idealizadores, vencendo agora mais uma etapa, com o lançamento desta Revista Cultural.

Exatamente 21 cursos foram dedicados exclusivamente a Portugal, enquanto 31 outros abordaram temas luso-brasileiros, na maioria documentados com recursos audio-visuais, apostilas e amplo material de divulgação. História, Literatura, Artes Plásticas, Comunicação Social, Pedagogia, Direito e Problemas Brasileiros têm sido os temas predominantes.

No seu quadro de "Conferencistas Honorários" figuram personalidades do maior destaque no seio da intelectualidade luso-brasileira, tais como os professores drs. Raymundo Moniz de Aragão, Arthur Cezar Ferreira Reis, Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Austregésilo de Athayde, Américo Jacobina Lacombe, Manuel Diégues Júnior, Odylo Costa Filho, João Lyra Filho, Mário Henrique Simonsen, Júlio de Carvalho Barata, Luis Filipe da Gama Filho, Theophilo de Azeredo Santos, Gílson Amado, Américo da Costa Ramalho, Eremildo Vianna, Vicente Tapajós, Eduardo d'Oliveira França, Fernando Sgarbi Lima, Cleonice Berardinelli, Célia Freire d'Aquino Fonseca, Leodegário Azevedo Filho, entre outros.

Até novembro do corrente ano, foram programados os seguintes cursos: "Pedagogia", "Metodologia da História", "Distúrbios da Fala", "Parapsicologia - Nova Concepção de Psicologia Experimental", "Panorâmica da Poesia Portuguesa - Dos Cancioneiros aos Nossos Dias", "John dos Passos - O mais importante Escritor do Nosso Tempo", "Moderna Literatura de Língua Portuguesa", "Panorama da Lingüística do Século XX", "A Lingüística Aplicada ao Curso de Comunicação e Expressão".

F.L.B.S.